

GUERRA, TEMPO E MEMÓRIA: DUAS NOTAS SOBRE A MORTALIDADE JUVENIL BRASILEIRA

War, Time and Memory: Two Notes on the Brazilian Youth Mortality

Guerra, Tiempo y Memoria: Dos Notas sobre la Mortalidad Juvenil Brasileña

Guerre, le Temps et la Mémoire: Deux Notes sur la Mortalité Juvénile du Brésil

DOI: 10.5020/23590777.rs.v17i3.5540

Andréa Máris Campos Guerra (Lattes)

Psicóloga, Psicanalista e Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Mariana da Costa Aranha (Lattes)

Psicóloga. Psicanalista. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo

O artigo propõe duas notas para analisar a guerra entre os jovens no microtráfico ilícito de drogas, numa interface entre Psicanálise e Antropologia, a partir da noção entre tempo e memória. Na primeira nota, trabalhamos a hipótese de que a guerra teria a função de conectar passado e futuro, pois, através da vingança, haveria uma inscrição no tempo e uma marca cunhada na história, que se perpetua pela memória. A segunda nota trabalha o circuito das mortes no microtráfico, incluindo o saber que o jovem lança mão para lidar com o mecanismo de exclusão a que está submetido. Nesse sentido, trabalhamos a hipótese de que a morte desempenha uma função estrutural no sistema de vida desses jovens e comporta uma positividade, visto que escreve a presença desses sujeitos na cidade, ainda que às avessas. Ao serem nomeados pelos registros oficiais dos dispositivos de poder, os jovens ganham inscrição, ao mesmo tempo em que se apagam na escrita de um nome na história dos homens. Assim, colocando suas vidas em risco na guerra do tráfico, os jovens parecem almejar não a morte, mas a inscrição de uma escrita marginal, que não ganha registro na língua do Outro social.

Palavras-chave: psicanálise; política. Antropologia. Juventude. Mortalidade.

Abstract

The paper proposes two notes to analyze the rivalry among young people in the illicit drugs' micro-trafficking from an interface between psychoanalysis and anthropology. For this, we use the notion of time and memory. In the first note, we work the hypothesis that the rivalry would have the function of connecting past and future by the vengeance. Because through vengeance the teenagers could get an inscription in time and a brand coined in history, which is perpetuated through memory. The second note discuss the circuit of deaths in the micro-trafficking including the know how that the teenagers develop to treat the mechanism of exclusion in which they are. In this sense, our hypothesis is that the death plays a structural role in the life of these youngs' system and comprises a positivity. From it, with it, they can achieve lifestyles to write their presences in the city, although maintain the death on the horizon. Upon appointment by the official records of the power devices, young people gain a public registration, while cancel out themselves on writing their own names in the history of mankind. So, at risk of death in the drug war that they took part, young people seem to crave not death, but the inclusion of a marginal writing, which does not win record in the language of the Other social.

Keywords: psychoanalysis; policy; anthropology; youth; mortality.

Resumen

El documento propone dos notas para analizar la guerra entre los jóvenes de lo microtráfico ilícito de drogas en una interfaz entre el Psicoanálisis y la Antropología, a partir de la noción de tiempo y de memoria. En la primera nota, se trabaja la hipótesis de que la guerra tiene la función de conectar el pasado y el futuro, porque a través de la venganza sería una inscripción en el tiempo y una marca acuñada en la historia, que se perpetúa a través de la memoria. La segunda nota se analizan el circuito de muertes en el microtráfico de drogas, incluyendo el saber de que el joven va a tratar el mecanismo de exclusión a los que son sometidos. En este sentido, nuestra hipótesis de trabajo es que la muerte juega un papel estructural en la vida de estos jóvenes como un sistema y comprende una positividad. Esta positividad es efectivada por la escritura de la presencia de estas personas en la ciudad, al tiempo que conserva la muerte en el horizonte. Al ser nombrado por los registros oficiales de los dispositivos de potencia, los jóvenes adquieren el registro simbólico, aunque queda suprimido como un nombre propio en la historia de la humanidad. Por lo tanto, en el riesgo de muerte en la guerra entre los traficantes de drogas, los jóvenes parecen desear no la muerte, pero la inclusión de una escritura marginal, que no record de victorias en la lengua del Otro social.

Palabras clave: psicoanálisis; la política; la antropología; la juventud; mortalidad.

Résumé

Le document propose deux notes pour analyser la guerre chez les jeunes dans le micro trafic de drogues illicites dans une interface entre la psychanalyse et l'anthropologie. Pour cela, nous utilisons les notions de temps et de mémoire. Dans la première note, nous travaillons l'hypothèse que la guerre aurait pour fonction de relier le passé et l'avenir, en utilisant la vengeance comme une inscription dans le temps et une marque inventé dans l'histoire, qui se perpétue à travers la mémoire. La deuxième note discute le circuit de décès dans le micro trafic des drogues illicites, y compris le savoir que les jeunes hommes établissent face au mécanisme d'exclusion auquel ils sont soumis. En ce sens, notre hypothèse est que la mort joue un rôle structurel dans le système de vie de ces jeunes, qui comprennent une positivité. Il s'agit d'une écriture publique dans la ville, même s'il compris la mort à l'horizon. Sur rendez-vous par les documents officiels des dispositifs de puissance, les jeunes acquièrent l'enregistrement public, tout en étant effacés comme nom propre dans l'histoire de l'humanité. Donc, au risque de décès dans la guerre du trafic de drogues qu'ils établissent, les jeunes semblent solliciter pas la mort, mais l'inclusion d'une écriture marginale, qui ne gagne pas fiche dans la langue de l'Autre social.

Mots-clés: la psychanalyse; la politique; l'anthropologie; jeunesse; mortalité.

Esse artigo é fruto de ampla e longa pesquisa¹ que, há cerca de dez anos, em Minas Gerais, interroga, com a Psicanálise, a experiência de adolescentes, especialmente envolvidos com a criminalidade. Aqui, trabalhamos a dimensão do risco e do ato, buscando compreender elementos que permitam elucidar e tratar a alta taxa de mortalidade juvenil brasileira, relacionada ao adolescente infrator.

Para a Psicanálise, o tempo, enquanto remanescente da experiência do inconsciente, é antes lógico do que cronológico. Ele envolve o inconsciente, o corpo, a linguagem e o Outro². “Passou tão rápido!”, “Nossa, como é chato, demora para acabar!” - o tempo se apresenta marcado pela experiência de corpo e pelos significantes da linguagem. Antecipamo-nos ao outro, atrasamos com o outro. Foi, porém, sobre a frase de um jovem envolvido com a criminalidade, frase recorrente entre outros, que nosso tempo parou: “Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias”.

Aparentemente carregada de uma espécie de banalidade, indiferença ou mesmo predestinação, ela não parecia consoante ao modo de vida a que estamos habituados. Mesmo entre os adolescentes autores de ato infracional, a frase parecia deslocada, estranha, carregada de enigma, pois, entre eles, sempre sobrevive o mais esperto... para morrer depois. “Blue: Melhor ele morrer do que eu, cê é doído? Entrevistador: Mas os dois correm o risco. Blue: Mas aí o que for mais esperto morre depois”

1 A atual pesquisa, financiada pelo Edital Universal 01/2017 da FAPEMIG, intitulada “Adolescências e Leis”, sendo que o objeto desse artigo foi tema da dissertação de mestrado chamada “Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias”: sobre o estatuto da conduta de risco dos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas”, de Mariana da Costa Aranha, desenvolvido na UFMG, sob orientação de Andréa M. C. Guerra.

2 O Outro com maiúscula diz respeito a “termo utilizado por Jacques Lacan para designar um lugar simbólico - o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente [...] - que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo. Pode ser simplesmente escrito com maiúscula, opondo-se então a um outro com letra minúscula, definido como outro imaginário ou lugar da alteridade especular [...]”. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 558).

(Dados de pesquisa, 2011)³.

Esperamos a eternidade, apostamos no infinito, negamos a morte, a doença, a decrepitude. Como enfrentar a própria morte de maneira tão desvelada? Como tomá-la como fato irrelevante ou inevitável, quando mesmo Freud (1901/1976b) nos ensinou que a morte e a sexualidade são as duas experiências para as quais não encontramos nome?

Neste artigo, buscamos desenvolver duas notas sobre a guerra do tráfico e a mortalidade juvenil, na interface da Psicanálise com a Antropologia, a partir das noções de tempo e de memória. Elas nos revelam que o risco, antes de se endereçar a um destino fúnebre, pode ser o índice da busca pelo valor da vida verdadeira (Le Breton, 2013). Notadamente, faremos um recorte correlacionando a experiência brasileira com a atualidade de nossa época, a fim de contextualizar nossa análise. Lembramos que tal discussão pode ser útil em diversas outras circunstâncias nas quais o adolescente mostra sua face mortífera de maneira pungente, arriscando a própria pele em condutas de risco, e não apenas nas quais a adolescência e a infração se apresentam.

Primeira Nota

“Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias”. Essa é uma frase repetida pelos jovens brasileiros envolvidos no tráfico, os quais, cientes do risco que correm, permanecem no circuito que acaba por levá-los ao pior, conforme atesta os índices do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2013) ano após ano. De acordo com este estudo, os homicídios são, hoje, a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores da periferia e da área metropolitana dos grandes centros urbanos. Mesmo quando dizem saber que a trajetória na criminalidade acaba por ter como destino “o caixão, a cadeia ou a cadeira de rodas”, parece haver uma escolha pelo risco - não necessariamente pela morte - feita por esses jovens.

A frase pronunciada pelos jovens causa embaraço e gera inquietação em relação à presentificação da morte em seus discursos. Afinal, se morrer hoje faz um dia e amanhã, dois, significa que a morte é contada aqui e agora, a partir do momento presente, de modo que os jovens envolvidos com o tráfico ficam à espreita da morte a qualquer momento. Diante dessa dimensão temporal, propomos, então, uma análise possível entre a questão da morte e do tempo.

O que é a morte para esses jovens? Em suas “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, Freud (1915/1989) elabora que há uma tendência no ser humano em colocar a morte de lado, eliminando-a da vida. Embora a morte seja inegável, fato natural da vida, o comportamento de mantê-la bem longe das vistas ocorre porque “é impossível imaginar nossa própria morte e, sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores” (Freud, 1915/1989, p. 327). Não existe, portanto, representação possível da morte, de forma que Freud afirma que “no inconsciente, cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade” (p. 327).

Eis que a guerra coloca essa saída por água abaixo. Diante da guerra, não há como negar a morte. Somos obrigados a encará-la cotidianamente, uma vez que a sua presença é constante e não pode ser justificada por um acontecimento fortuito. Freud (1915/1989) nos diz ainda que “até que o homem modifique sua relação com a morte, a civilização resolverá seu desconhecimento estrutural da morte através da guerra” (p. 156). Assim, a partir desse texto, extraímos da teoria freudiana que, para suportar a vida, é necessário saber lidar com o real⁴ da morte. O real é um termo que, em psicanálise, e a partir de J. Lacan, está relacionado ao intangível, à dimensão não representável pelo simbólico, mas vivida na forma de intensidade. Por isso, a guerra parece trazer elementos importantes para nosso raciocínio. Recorreremos a um diálogo com a Antropologia e a Filosofia a fim de alimentar nossa discussão. Começaremos retomando a perspectiva da vingança na Antropologia, dado que verificamos a existência do circuito revolta-vingança-morteretroalimentando os assassinatos entre jovens de territórios rivais de periferia.

Em análise sobre o tema da vingança, importante elemento da sociedade tupinambá, Cunha e Viveiros de Castro (1985) observaram que, apesar da plasticidade social desse grupo, que docilmente se convertia à fé dos jesuítas, a vingança se impunha de uma maneira obstinada, da qual seus membros não abriam mão. Esfacelar o crânio do inimigo, com uma única pancada e utilizando uma espada de madeira, conferia ao agressor a inscrição do nome da vítima no próprio corpo, atitude altamente valorizada pelo grupo. A cada vítima, um novo nome era talhado no corpo, e quanto mais nomes carregava, mais admirado era o guerreiro. Segundo os autores, “a quebra do crânio do primeiro inimigo lhe permitirá ascender à condição plena de homem: primeira vingança, primeira renomação, primeiro acesso a uma mulher fértil, a um verdadeiro casamento, primeira paternidade” (Cunha & Viveiros de Castro, 1985, p. 61). A vingança, então, conferia honra.

3 Pesquisa aprovada pelo COEP sob registro CAAE 04999913.4.0000.5149.

4 O real, na teoria lacaniana, diz respeito a “termo empregado como substantivo por Jacques Lacan, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário de filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar. Utilizado no contexto de uma tópica, o conceito de real é inseparável dos outros dois componentes desta, o imaginário e o simbólico, e forma com eles uma estrutura” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 645).

Surpreendentemente, ter o crânio esfacelado era, por sua vez, considerada a forma mais digna de morrer, já que, demonstrando coragem frente à morte, as vítimas encontrariam rapidamente o paraíso, mas não apenas isso. Os autores enfatizam o papel central da vítima para o funcionamento daquele grupo. Frente à morte, a vítima confundia-se com o agressor, em uma cena em que, decorada de plumas e pintada, travava com seu matador diálogos cheios de arrogância e, através de inúmeras ameaças, garantia que seus parentes, um dia, devorariam todos os rivais. A vítima é, dessa forma, uma peça importante desse processo, pois, na afirmação dos autores, garante a perpetuação da vingança. Por trás de uma vingança, outras tantas são evocadas no momento da morte do inimigo, configurando o único tema presente nesse ritual. Assim, “a vingança tupinambá fala apenas, mas fala de forma essencial, do passado e do futuro. É ela, e somente ela, que põe em conexão os que já viveram (e morreram) e os que viverão, que explicita uma continuidade que não é dada em nenhuma outra instância” (Cunha & Viveiros de Castro, 1985, p. 67).

A vítima, portanto, deixa atrás de si a memória. E de qual memória se trata? Para Cunha e Viveiros de Castro (1985), não se trata, aqui, do nome pessoal, da sua memória pessoal, mas da pura memória da vingança futura. Esses autores afirmam que, na verdade, a vítima passa a ser objeto de uma rememoração e de uma projeção no futuro que nada parece ter de personalizado: rememoração e prospecção das relações devoradoras entre os dois grupos inimigos, que, na ausência de mecanismos internos de constituição, parecem contar com os outros, seus contrários, para uma continuidade que só os inimigos podem garantir. Donde a cumplicidade, o partilhar da glória, entre matadores e vítimas.

Parece-nos tratar de uma relação horizontal, na qual se nomeiam corpos no interior de coletivos situados pela vingança. Assim como parece haver, na imanência dessa relação vítima-matador, a inscrição de uma dimensão real no ato mesmo de matar, como se o ato tomasse o lugar da palavra. Haveria, assim, uma forma de transmissão e de inscrição de um lugar socialmente valorizado, como se verifica nas tatuagens do nome da vítima pelo corpo heroicizado que, dessa maneira, é inscrito na tribo sob uma nova condição. Parece haver, então, uma passagem, um corte que cunha uma nova representação para o sujeito - muito parecido com o trabalho de ressignificação que o adolescente realiza em sua travessia. De uma experiência de indeterminação, de encontro com o real da morte, a vingança permite criar também, *ex nihilo*, uma inscrição no tempo e uma marca na história.

Portanto, nesse contexto, não haveria uma transcendência: trata-se de morrer para haver a vingança e, assim, haver futuro, uma “forma de pôr a morte a serviço da vida, e não um combate contra a morte” (Cunha & Viveiros de Castro, 1985, p. 70). Logo, não é o resgate da memória dos mortos do grupo que está em jogo, mas a persistência de uma modalidade de representação através da relação com os inimigos. Com isso, o inimigo se torna o guardião da memória do grupo, e a vingança tem a função de conectar passado e futuro. Ao nosso ver, trata-se de algo que, na volatilidade e permanência do tempo presente na atualidade de nossa sociedade, nos parece digno de atenção. A guerra possibilitaria a certeza de um futuro, em que a memória do grupo encontra e afirma um lugar.

Retomando, pois, a frase dita pelos adolescentes brasileiros, “*se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias*”, observamos que a dimensão da memória está posta. Afinal, quem vai contar o amanhã, o segundo dia da morte de quem morreu? Embora a frase evoque, a princípio, a leitura de uma desvalorização da vida, percebemos que não é disso que se trata. Alguém vai contar a morte, tanto os dias quanto o feito do guerreiro na guerra. Uma temporalidade vai se instalar, marcando a existência de um corpo na história dos homens, e atualizando, perpétua e reiteradamente, o tempo presentificado no ato da vingança. “O tempo, bruscamente capturado em uma imagem, apagara essa imagem. Um movimento ‘sem fim’ viera quebrar o espelho que queria refletir o fim, detendo-o. E o fim permaneceu aberto, em movimento” (Le Poulichet, 1996, p. 07). Há, nesse sentido, a dimensão imanente da inscrição, da representação do morto e da importância de ser lembrado após a morte, de uma vez por não todas.

Atualizando e corroborando essa discussão, Arendt (1979) nos apresenta uma análise contemporânea da quebra do elo entre passado e futuro. A filósofa afirma que, no passado, o testamento tinha a função de dizer ao herdeiro o que era seu de direito, transmitindo posses do passado ao futuro. Entretanto, sem testamento - ou, resolvendo a metáfora, sem tradição, que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor - “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem” (p. 31). Assim, para Arendt (1979), a “nossa herança foi deixada sem testamento algum” (p. 31), fato que aponta diretamente para a questão da transmissão, uma vez que aqueles que deveriam se responsabilizar por transmitir o significado de sua história se esquivaram de tal tarefa, não sobrando, por fim, “nenhuma história que pudesse ser contada” (p. 32).

Diante desse contexto, nossa primeira nota apoia-se na hipótese de que essa ruptura entre o passado e o futuro é uma fratura inevitável introduzida pela dimensão temporal da experiência humana, que pode encontrar nas guerras uma conexão, na medida em que, através dela, busca-se perpetuar a memória. Vejamos como.

Para Freud, (1896/1976a; 1915/1976d), o inconsciente é atemporal, efeito do encontro entre intensidades e representações, havendo sempre uma dimensão do vivido apreensível pela linguagem e outra imanente, experiência de corpo sem inscrição. Ele (Freud, 1896/1976a) nos lembra que as inscrições do vivido, ao se organizarem de novas maneiras, através de associações de impressões por simultaneidade, depois através de inscrições isoladas por significantes,

e, finalmente, por composições conscientes de sentido através do uso da palavra, produzem *fueros*, registros de um sistema antigo convivendo com registros atualizados por outro.

Haveria, portanto, na experiência do inconsciente, o tempo que não cessa de se repetir; o tempo que não passa e retorna ao mesmo ponto enigmático e sempre reatualizado de fixação, o que para ninguém passa e não se torna passado. Essa temporalidade convive com a modalidade de tempo que corre entre significantes, que faz o corpo se reconhecer em imagens, em palavras, e produzir deslizamentos entre metáforas e metonímias. O tempo que corre nas veias da linguagem, plástico, elástico. Finalmente, há intensidades reais, compactas, incapturáveis. Nelas não faz sentido falar de tempo. São antes volatilidades do que temporalidades. Percepções sem traço, afetos sem representações.

Assim, podemos inferir uma das funções da guerra: morre-se para viver perpetuamente na memória de um grupo. Nesse sentido, podemos pensar que a guerra do tráfico configura-se numa tentativa de inscrição, no plano político, do sujeito condenado ao limbo no tecido social, segundo Guerra (2011). A autora estabelece que o extermínio entre os jovens, por ela nomeada de “guerrinha”, revela uma violência silenciada, qual seja, a existência de uma outra Guerra (escrita com letra maiúscula), que consente com o desaparecimento dos jovens no plano político. Os jovens se inserem nessa Guerra enquanto seres para a morte, numa disputa que “orienta suas existências” (Guerra, 2011, p. 244) e que, por sua vez, cria a “guerrinha”, sistema de regulação especular entre os jovens e que responde a uma nova ordem mundial, na qual a medida comum se esvanece, solapada pela crença da felicidade ao alcance do bolso. Dessa forma, a autora afirma que a “guerrinha” teria a função de docilizar os corpos para o verdadeiro combate e higienizar o ambiente, revelando sua existência atrelada à Guerra, ao extermínio dos jovens da periferia.

Segunda Nota

Aqui, nossa nota decorre do saber do jovem presentificado na fala a que fizemos alusão no início do artigo: “*aí o que for mais esperto morre depois*”. Ela indica uma lógica instalada pela guerra dos jovens entre “bocas de fumo”, radicada em um sistema de trocas de insultos e ataques que fomenta a guerra e não poderia ser suspenso, salvo por quem o tivesse instalado. Como o início lendário das rivalidades entre as bocas encontra-se sempre fraturado e perdido entre a realidade e a ficção, acaba por se perpetuar num regime em que os próprios corpos, vivos ou mortos, são dados em intercâmbio até sua exaustão ou eliminação. Trata-se de uma forma de relação simbólica que implica, num complexo sistema de equivalências e retribuições, aos moldes, aqui modificados e atualizados, do que Lévi-Strauss (2003) extraiu da ideia de “fato social total” de M. Mauss (2003).

Essa relação simbólica inclui as dimensões sociológica, histórica e a dimensão fisio-psicológica, a partir das quais objetos são oferecidos dentro de uma lei de reciprocidade como dons entre membros de diferentes tribos indígenas, num intercâmbio que só cessa se aquele que o instalou interrompe seu circuito. Do contrário, objetos cada vez mais valiosos serão ali inseridos, ampliando e retroalimentando o ciclo.

Em outra situação (Martins, Guerra, Canuto & Neves, 2015), supusemos uma aproximação entre a Lei da Reciprocidade, de Lévi-Strauss, e aquela que rege sistemas de vida que culminam em mortes vingadas entre jovens - na mesma lógica de correlação, porém sob novas bases. Assim, o assassinato de um jovem - “*eles já levaram quatro guerreiros esse ano*” - leva, necessariamente, a uma nova morte de jovem do grupo rival, realizada com maior virulência e proporcionalidade. Entendemos que as duas experiências, a dos indígenas e a dos jovens, se aproximam na lógica da reciprocidade, mas sob bases diferenciadas que podemos resumir em dois aspectos principais:

1. A morte, em nosso caso, engendra uma Regra da Reciprocidade sem cordialidade, na medida em que se trata de responder a um insulto com novo insulto ainda maior. A insolência é a base da resposta e não seu elemento negatizado. Não se gera cordialidade, apenas aumenta-se a hostilidade. (Martins, Guerra, Canuto & Neves, 2015, p. 19)

Como se nota, estamos diante de um dispositivo. Enquanto a troca de dons, seja a troca de mulheres, seja de presentes entre os índios, evitaria a guerra, mantendo-se relações cordiais entre os membros das diferentes tribos; a troca de mortes, ao contrário, dispara e sustenta a guerra entre os jovens de “bocas de fumo” rivais, mantendo as relações permanentemente tensionadas. Assim, a troca de mulheres estaria para a manutenção da vida, assim como os assassinatos trocados entre jovens estaria para manutenção de seu extermínio. A primeira evitaria a guerra e a morte, enquanto a segunda sustentaria sua lógica infinitizada.

2. Na medida em que operamos em um novo circuito, marcado pelo sistema capitalista em sua versão consumista, outra lógica arregimenta os corpos e o uso dos objetos - não mais a exceção do incesto na lógica totêmica. Há uma proliferação de referências articuladas pelo usufruto dos objetos em si mesmos, e não pelo referente [externo, transcendente e simbólico] que instalaria a regra da reciprocidade. (Martins, Guerra, Canuto & Neves, 2015, p20)

A partir desse segundo aspecto, hipotetizamos que, na ausência de um balizador externo, de um referente terceiro e mediador na atualidade, deparamo-nos com um (curto)circuito no qual os objetos do intercâmbio - incluindo aqui os corpos dos jovens - são destituídos de valor, descartáveis e elimináveis, pois que substituíveis por novos de maior ou igual vigor. Daí a guerra se perpetuar e as mortes se sucederem no cotidiano do tráfico, substituindo-se as trocas de bens levistraussiano pela troca infinita de mortes, na ausência do referente externo que pudesse produzir um ponto de basta regulador. É como uma regra de consumo na qual o objeto de maior valor substitui o de menor valor, afirmando sua descartabilidade.

Com a psicanálise, podemos entender que haveria, nessa iteração, uma busca por um suposto objeto perdido de satisfação, objeto mítico. Em outras palavras: O sujeito retornaria sempre ao mesmo ponto na tentativa de reencontrar um objeto originário de satisfação que nunca existira. Os objetos materiais seriam substitutos desse originário, apesar de não lograrem êxito em produzir a satisfação, dado que esse retorno implica também numa tentativa de significar a própria experiência da perda originária, gerando um excedente incompreensível a cada repetição. Denominamos de pulsão de morte essa compulsão à repetição (Freud, 1920/1976e) e de objeto *a* o objeto lógico deduzido como perda nessa operação subjetiva. A pulsão de morte pode ser entendida como aquilo com que cada ser humano se depara ao inscrever sua vida na palavra, pois resta algo que a palavra não atinge, que não passa por ela. Isto nos impulsiona a empreender novas ações ou a repetir nosso movimento tentando dar conta do que nos escapa. Assim, o circuito mortífero, ou espelho sangrento, parece-nos ser alimentado tanto por esse circuito pulsional quanto pela dimensão especular, que denominamos imaginária e que lhe é correlata.

Entendemos, pois, que a morte desempenha uma função estrutural no sistema de vida desses meninos, chancelada socialmente e experimentada como repetição subjetivamente. Ela comporta uma positividade, não no sentido de atribuição de um valor moralmente positivo, mas no sentido de escrever simbolicamente a presença do jovem na cena da cidade. Para a entrada na guerra, é necessário entrar na disputa entre territórios, na rivalidade que tem como ameaça permanente a morte. Em outras palavras, parece-nos tratar-se de um passe de entrada no circuito em que as mortes se instalam como valor de troca, em reciprocidade especular, e revelam um fracasso na convivialidade como desfecho de transações infelizes.

Paradoxalmente, quando os jovens se arranjam para deixarem de ser supérfluos, para se escreverem simbolicamente na cena da cidade, tornam-se elimináveis. Instala-se entre eles uma lógica na qual o extermínio é a pedra angular. Esse estado de Guerra responde ao desaparecimento da ordem regulatória no campo político, com a queda dos ideais no contemporâneo, culminando na identificação imaginária ao saber do Outro do narcotráfico, com sua tirania não dialetizável, vivida na rivalidade instalada entre as gangues inimigas do tráfico (Guerra, 2011). Tudo isso devido à ausência de um terceiro mediador, que suspenderia esse circuito especular e sangrento através da construção e pactuação em torno de referentes comuns e externos de regulação.

Uma lei, como a do tráfico, que se mostra como “sem furos”, é uma lei na qual nada pode falhar, na qual a consequência direta das transgressões se dá no campo da violência e da morte, sob a tirania superegóica. Ainda que seja através dessa normatividade que os meninos estabeleçam certas regulações entre eles, essa “lei do tráfico” parece-nos uma lei manifestamente articulada ao registro do Imaginário. Entretanto, sem produzir efeitos simbólicos que tocam o real. Com isso queremos dizer que ela opera na reciprocidade entre pares, negando a incidência da Lei simbólica da linguagem, que impõe um limite à significação e encontra um correlato material na lei positivada do Direito, reguladora da vida em comum. A “lei do tráfico” acaba por produzir, assim, um regime de reciprocidade especular, uma falsa ilusão de acerto de contas que, ao fomentar a vingança, gera um resto excedente, real, que retorna como intensidade agressiva, sem mediação simbólica.

É dessa maneira que essa lei parece vacilar, por não recobrir todo o real. O sujeito se mostra também vacilante na relação com os significantes que o identificariam a partir dela. Esse momento de vacilação seria propício para a produção de outras saídas, diferentes daquelas que se dão pelo crime, e que poderiam ser inventadas por esses jovens. Assim, como consequência lógica, poderíamos hipotetizar que seria necessária outra forma de troca simbólica no lugar da violência da guerra urbana. Não apenas aquela regulada pelos Dons ou pelos aparatos da lei e da justiça, que, de certa forma, metaforizam o lugar da mediação que garantiria uma forma de vida regulada em nossa sociedade.

Daí deduzirmos que, mais que buscarem a morte, os jovens experimentam, por si próprios, produzir um valor de vida verdadeira. Experimentam o risco, o gosto de viver, em um sistema bordejado por laços especulares, no qual supõem eternizarem-se ao sustentarem, no tempo, a guerra entre rivais. Alimentam o circuito sangrento da pulsão de morte em sua face destruidora, ensaiando escreverem-se na história e perpetuarem seu nome e sua presença na tradição dessa reciprocidade às avessas. Longe, porém, do circuito dos dons recíprocos, deparam-se com insultos que produzem e alimentam as guerras e as mortes dela decorrentes, ao invés de as estancarem. Se a lei da reciprocidade entre as tribos indígenas evita a guerra, entre os jovens, pelo contrário, a mantém e sustenta.

A partir de mitos de origem da rivalidade inventados, recontados em diferentes versões e ampliados com novos elementos, os jovens inscrevem-se na história de sua comunidade, parecendo encontrar um lugar no campo do Outro social. Talvez, assim, tratem de ressignificar seu lugar - muitas vezes de dejetos, desesperança e invisibilidade -, passando a compor o enredo como personagens dessas lendas urbanas. Entre a realidade e a ficção, fundam a condição de possibilidade de suas existências.

Nesse ponto, carece determo-nos. Sobre as mentiras e atos condenáveis das crianças, Freud (1913/1976c) nos adverte que “não devemos pensar levemente em tais episódios da vida de crianças [...], elas se acham intimamente vinculadas às forças motivadoras mais poderosas nas mentes das crianças e anunciam disposições que levarão a contingências posteriores em suas vidas” (1913/1976c, p. 389). Portanto, no plano subjetivo, toda criança precisa encontrar, simbólica e afetivamente, uma ancoragem, uma trama - ainda que contenha pontos opacos de silêncio -, a fim de encontrar espaço na história dos homens para se inventar como sujeito. Se essa linhagem não é herdada na família ou na comunidade, parece que, hoje, os jovens a inventam horizontalmente, fundando entre pares uma nova temporalidade ficcional que atualiza, sem cessar, a história que não ganha texto na língua do Outro da família, na cena doméstica, ou da cidade, na cena urbana.

No nível discursivo, verificamos que essas existências ganham registro no confronto com o poder, mas aí se apagam. Ao serem escritas pelas mãos da Justiça, da Assistência Social, da Mídia, essas vidas perdem seu vigor e sua verdade. Enquanto o fabuloso só pode funcionar em uma indecisão entre verdadeiro e falso como condição; para o sujeito, a escrita dos fatos nos autos, protocolos e tabloides se impõe como a “verdadeira” verdade. No Direito positivo, chega-se ao ponto de afirmar que o que não se encontra nos autos, não existe no mundo. Perde-se a equivocidade entre o fictício e o real, que caracteriza as lendas e funda historicidades paralelas, numa busca pela assertividade do destino dessas “existências infames”, como as denomina Foucault (2003). Longe da glória e do reconhecimento, são aniquiladas ao serem escritas nos registros oficiais; resistindo, portanto, nas comunidades com suas lendas, onde se perpetuam horizontal e contingencialmente no tempo e na história local. Na cena simbólica da cidade, eles parecem impor dessa maneira sua presença.

Foucault (2003), ao recuperar os éditos reais e os pedidos dirigidos ao monarca francês nos idos dos séculos XVII, depara-se com uma linguagem codificada que escreve a experiência do brutal, do crime e do infame através de uma processualidade que lhes confere existência nesse ponto em que se dá o encontro com o poder. Ele interpreta aí um corte temporal na linguagem e na história dos dispositivos do poder, pois se antes a confissão na própria voz reinava, emerge uma nova escrita do pecado como desvio, como crime, com as *lettres de cachet*.

Sobre os infames, Foucault (2003, p. 207) afirma que “não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras” ditas sobre eles. Diferentemente da confissão no primeiro tempo do registro das vidas infames, as *lettres de cachet*, do século XVII, marcam uma nova forma discursiva de poder com ordens de prisão, de internamento, de conduta policialesca; constituindo nova rede que envolve e registra essas vidas, roubando-lhes o ato autêntico e as palavras próprias.

Quando, hoje, os jovens tomam esse registro em suas mãos, criando um sistema de vida próprio, podemos nos indagar se resgatam, num novo gesto, sua posição de autoria ou, ao contrário, se se inserem em um circuito mais amplo que os condena novamente ao apagamento. Talvez realizem mesmo esse duplo ato ao tentarem afirmar uma inscrição (Guerra, 2011) e resgatar o valor da vida verdadeira (Le Breton, 2013).

Dia virá em que todo esse disparate estará apagado. O poder que se exercera no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e da neutralidade. O banal se analisará segundo a grelha eficaz mas cinza da administração, do jornalismo e da ciência; exceto se for buscar seus esplendores um pouco mais longe disso, na literatura (Foucault, 2003, p.214).

Conclusão

A complexidade do fenômeno da mortalidade juvenil no Brasil exige uma reflexão igualmente sofisticada. Aparentemente, estamos diante de jovens violentos, cuja guerra particular funda uma guerrilha urbana entre pares que culminam em sua morte. Seria fácil atribuir essa dinâmica à concentração e distribuição desigual de riquezas, às famílias “desestruturadas”, à estrutura fraturada das cidades e ao individualismo contemporâneo.

Entretanto, tomando o fenômeno com lentes de aumento, ou mesmo sob uma perspectiva que inclui o saber do jovem, deparamo-nos com uma série de outros elementos pulsionais, afetivos, discursivos, econômicos, jurídicos e políticos. Enfim, com uma nova discursividade, que abre as dobras simplistas desse discurso retórico. Parece realmente haver uma tentativa de fundar um novo gesto autoral por parte dos jovens, de tomar suas próprias vidas em suas mãos, ao invés de serem lidas e escritas pelos confrontos com os agenciamentos do poder em protocolos, boletins e prontuários. Entendendo que a rede

de poder não se funda sem os sujeitos que dela tomam parte, tentamos ler o fenômeno da mortalidade de jovens, no Brasil, a partir de seu próprio texto. E aqui nos deparamos com um sistema de vida do jovem que busca refundar seu gesto como autor, desembaraçando-se da trama que o apaga e invisibiliza como sujeito.

Nesse ato, porém, parece ser capturado em nova armadilha. Ao instituir uma codificação e uma escrita própria de sua presença na pólis, o jovem não se dissocia da cidade. Ao contrário, subverte a lógica de sua presença infame, capturada pelos documentos oficiais, mas, no mesmo ato, coloca seu corpo e sua vida a serviço da rede que a torna dispensável. Como o neurótico que, ao fugir de seu mal estar subjetivo, o refunda no sintoma, parece-nos que, também assim, o jovem foge da invisibilidade e do destino social de eliminação de sua vida, fundando um novo circuito local de poder, porém ancorado nessa reciprocidade de mortes. Mantém a dobra que oculta seu gozo no crime e o gozo do Outro social sobre seu corpo como objeto.

Ao buscarem o valor da vida verdadeira, como jovens adultos, experimentam nova relação com o corpo e com a cidade, na qual parecem escrever-se na história pelo avesso: reconhecidos e temidos, amados e odiados, na perpétua lenda urbana na qual se transformam e se eternizam em suas comunidades, sendo registrados oficialmente, nas malhas do poder, como autores de ato infracional ou como atestados de óbito.

Impossível não pensar que precisamos, com urgência, apostar na invenção e no acolhimento de outras formas de registro do corpo, do gozo e do nome desses infames lendários.

Referências

- Arendt, H. (1979). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Cunha, M. C., & Viveiros de Castro, E. (1985). Vingança e temporalidade. *Anuário antropológico/85*, p. 57-78. Link
- Foucault, M. (2003). A vida dos homens infames. In M. Foucault, *Estratégia, poder-saber: Ditos e escritos IV* (pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S. (1976a). Carta 52. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. I, pp. 324-331). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1976b). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VI, pp. 19-24). Rio de Janeiro: Imago. (Texto originalmente publicado em 1901).
- Freud, S. (1976c). Duas mentiras contadas por ciranças. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XII, pp. 381-389). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1976d). O Inconsciente. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, p. 191-251). Rio de Janeiro: Imago. (Texto originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (1976e). Além do Princípio do Prazer. In *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVIII, p. 17-90). Rio de Janeiro: Imago. (Texto originalmente publicado em 1920).
- Freud, S. (1989). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV, p. 311-339). Rio de Janeiro: Imago. (Texto originalmente publicado em 1915).
- Guerra, A. M. C. (2011). Crítica de uma morte anunciada. In C. Garcia, *Interfaces* (pp. 239-251). Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Le Breton, D. (2013). *Une brève histoire de l'adolescence*. Paris: JC Béhar.
- Le Poulichet, S. (1996). *O tempo na psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lévi-Strauss, C. (2003). Introdução à obra de Marcel Mauss. In M. Mauss, *Sociologia e Antropologia* (pp.183-314). São Paulo: Cosac Naif.

- Mauss, M. (2003). Ensaio sobre a dádiva. In M. Mauss. *Sociologia e Antropologia* (pp.183-314). São Paulo: Cosac Naify.
- Martins, A. S., Guerra, A. M. C., Canuto, L. G. G., & Neves, C. (2015). A guerra do tráfico como sistema de vida para adolescentes autores de ato infracional. *Cultures-Kairós: Anthropologie et psychanalyse : débats et pratiques*, 5, 12.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência no Brasil – 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Link

Endereço para correspondência

Andréa Máris Campos Guerra
Email: andreamcguerra@gmail.com

Mariana da Costa Aranha
Email: mariana.aranha13@gmail.com

Recebido em: 06/08/2016

Revisado em: 25/11/2017

Aceito em: 23/12/2017